

A interação do apenado na Cadeia Pública de Poços de Caldas-MG

The interaction of the convict in the Public Jail of Poços de Caldas-MG

La interacción de los presos en la Cárcel Pública de Poços de Caldas-MG

*Fernanda Brentegani Vianna**

*Sandra Alvarenga Reis***

Resumo

Este artigo almeja identificar e analisar a interação do apenado na Cadeia Pública de Poços de Caldas-MG. É uma pesquisa de campo, pontual, qualitativa, explicativa, de levantamento e, para análise dos dados, foi utilizada a proposta de Bardin (2008). Participaram 30 presos de ambos os gêneros e um funcionário da instituição. Os instrumentos utilizados foram um questionário semiestruturado, direcionado aos presos, e um questionário estruturado, direcionado ao funcionário da instituição. Das sete visitas, a primeira serviu para explicitar os objetivos do trabalho e obter consentimento dos participantes, e as subsequentes foram para coleta de dados. Ao verificar como o preso interage e vivencia seu dia a dia, conclui-se que muitas mudanças ainda são necessárias para melhorar o sistema prisional. O preso, ao interagir com os demais detentos, ao contrário de se socializar, aperfeiçoa-se na ação criminosa.

Palavras-chave: cadeia pública; interação; presos.

Abstract

This article aims to identify and analyze the interaction of the convict in the Public Jail of Poços de Caldas city. It is a punctual, qualitative, explanatory and field research using Bardin's proposal (2008). Thirty prisoners of both genders, and an institution's official participated. The first of the seven visits had the objective of reaching an agreement with the participants. The other ones were used to collect the data. By checking how the prisoner interacts and lives his everyday life we've got to the conclusion that many changes are still needed to ameliorate the prison system. When interacting with other inmates, instead of being socialized, the arrested improves his criminal activity.

Keywords: Public jail; Interaction; Prisoners.

* Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Campus Poços de Caldas). *E-mail:* ferbrentegani@gmail.com.

** Doutora em Sociolinguística pela Unesp-Araquara, docente da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Campus Poços de Caldas). *E-mail:* sanreis@pucpcaldas.br.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo identificar y analizar la interacción entre los presos y con el equipo de trabajo de la cárcel pública de Poços de Caldas. El trabajo hace referencia a un estudio de campo, puntual, estudio cualitativo y explicativo, y en el análisis de datos se utilizó el proyecto de Bardin (2008). 30 presos de ambos sexos participaron en la investigación y un funcionario de la institución. Los instrumentos utilizados fueron un cuestionario semiestructurado, dirigido a los presos, y un cuestionario estructurado dirigido al funcionario. De las siete visitas al local de la investigación, la primera sirvió para aclarar los objetivos del estudio y obtener el consentimiento de los participantes, y las demás se hicieron para la recogida de datos posteriores. Al determinar cómo interactúa el prisionero y vive su rutina diaria, se deduce que son todavía necesarios muchos cambios para mejorar el sistema penitenciario. Esta afirmación se debe al hecho de que se ha verificado que el interno, para interactuar con otros internos, en vez de socializarse, se perfecciona en la acción penal.

Palabras clave: cárcel pública; interacción; los reclusos; detenidos.

Introdução

Estudar o sistema carcerário tem se mostrado de grande relevância quando, ao se considerarem a chegada da Pós-modernidade e o surgimento da globalização, o índice de criminalidade vem aumentando assustadoramente (Guerriero, 2000). Destarte, vivemos em cidades formadas por grandes barris de pólvora prestes a explodir. Somos obrigados a viver em grandes fortalezas, com muros, grades e guaritas para nos proteger de toda essa criminalidade (Pires, 1986).

Justificadas pela violência e criminalidade encontram-se as prisões, que surgem com a ideia de socializar o criminoso. No entanto, é possível observar que o sistema penitenciário, embora tenha surgido com a intenção de socializar o indivíduo transgressor, tem limitado o objetivo de reabilitação dos presos unicamente à vida carcerária, por motivos de segurança e disciplina (Foucault, 1999). Seu regime se torna falho e ineficaz no processo de socialização do indivíduo que, ao passar pelo período de reclusão, transforma-se em um criminoso mais cruel, perigoso e muito mais especializado no crime (Breteгани, Barbosa & Reis, 2007). Tendo em vista a importância de se estudar o sistema carcerário e os acontecimentos ocorridos com regularidade em seu interior, como a falta de estrutura em que se encontram as prisões, a

ociosidade a que os presos são submetidos, com o comprometimento de sua reinserção social, uma vez que ele não é preparado para o retorno à vida em sociedade, esta pesquisa almeja identificar e analisar a interação do apenado da Cadeia Pública de Poços de Caldas-MG, no período abrangido pelo tempo de sua realização.

O objeto de estudo da pesquisa é de extrema relevância, já que a violência, hoje em dia, não se restringe mais a algumas áreas das cidades. A proporção a que chegou é de tal ordem, que se exige um comprometimento por parte das autoridades competentes e da sociedade como um todo. É fundamental que se reflita acerca de que tipo de cidadãos desejamos formar, procurando pensar políticas que efetivamente garantam a todos o acesso aos direitos constitucionais (saúde, educação, trabalho, lazer, entre outros).

Nessa perspectiva, é de fundamental importância que o sistema carcerário brasileiro e, em especial, o mineiro, possa ser avaliado e repensado, numa maneira que vise a integrar socialmente o ser humano, independente do delito cometido.

Histórico da prisão

O sistema prisional em nossa sociedade surge com a intenção de punir o indivíduo, mas apresenta sempre traços históricos de puro fracasso, quando se leva em conta que a punição só tem sentido quando se torna corretiva das ações consideradas impróprias para o convívio social.

Nesse sentido, desde o início, o sistema penal apresenta características de guilhotina, tortura e suplícios, as quais antigamente eram apresentadas de uma forma visível, como um grande teatro de horrores, para ser apreciado e servir de espetáculo para toda a sociedade. Com o tempo, tais atos passam a não ser mais vistos a olhos nus, mas uma forma de ameaça e exemplo para alguém que possa vir a ser condenado. Após isso, entre o final do século XVIII e o século XIX, a forma de punição passa do castigo corporal para o castigo da alma. Muitos códigos ainda usam alguma forma de suplício que, com o tempo, vai desaparecendo. Desse modo, na realidade, o sistema representa sempre um papel que intenta punir, segregar, condenar e amedrontar os presos, mas nunca inseri-los, de forma digna, à sociedade (Foucault, 2004).

No Brasil, o sistema prisional, desde seu início, também se encontra com muitos problemas. Durante o século XVI, a penalidade aparece como forma de punição dos desviantes. Serão também reconhecidas outras finalidades como, por exemplo, servir de exemplo para possíveis delinquentes e redimir,

perante Deus, os pecados decorrentes do Maléfico. Os crimes são divididos em dois grupos: crimes contra a fé e crimes contra a moral e os bons costumes (Pedroso, 2003).

O conceito de crime nos séculos XVI e XVII fundamenta-se na perspectiva de igualdade de todos os grupos sociais presentes no império colonial português, mas a penalidade não é aplicada igualmente para todos: não existe tal princípio de igualdade, pois ao indivíduo pobre é dado o castigo físico. Já no XVIII, o sistema de penalidade apresenta modificações quanto às práticas, no que diz respeito ao tratamento dado ao réu. A condenação à morte, à fogueira e os castigos físicos desumanos e aviltantes são substituídos pelo surgimento do sistema penitenciário (Pedroso, 2003). Diante desse cenário, pode-se recordar o que diz Foucault sobre a prisão e seus mecanismos de poder.

No século XIX, ocorre uma reforma em que aparecem normas defendendo a penalidade física, e embora se registre toda uma tentativa de mudança, permanece o estado de violência e de má estruturação das prisões brasileiras, no que diz respeito aos cuidados básicos de saúde e higiene. Destarte, nesse momento, a prisão será confundida com hospícios, tornando-se depósitos para doentes, desabrigados e ex-escravos. Ou seja, tudo que era abominado na sociedade era depositado na prisão (Pedroso, 2003).

Esse cenário muda somente no século XX, quando alguns juristas contestam os mecanismos da prisão e possibilitam a elaboração de novas leis. Nesse sentido, agora a prisão serve para abrigar inimigos políticos, como, por exemplo, na ditadura militar de Getúlio Vargas. Entre 1934 e 1937, ocorrem várias pestes e doenças dentro das prisões. A insalubridade ainda é constante no universo carcerário. Nessa época, também há uma elevada taxa de morte dentro dos presídios (Pedroso, 2003), por conflitos internos entre os presos, suicídios e falta de assistência médica.

Um estudo realizado por Góes (2004) a respeito do sistema penitenciário nas décadas de 1980 e 1990, a partir da transição política que caracterizou o fim do regime militar no Brasil, demonstra que, no período compreendido entre 1983 e 1987, no contexto da inserção da democracia no País, procuram-se elaborar políticas de humanização dos presídios, implantadas pela Secretaria de Justiça, tendo à frente o advogado José Carlos Dias. E, embora essa gestão não questione as funções de violência e punições do sistema prisional, procuram-se executá-las por meio de métodos mais especializados e menos violentos. Dentro desse contexto, o novo modelo não foge do proposto por Bentham, no século XX, o Pan-óptico.

Tal modelo visa a uma forma de controle, disciplina, apropriação do tempo e utilização dos corpos (Foucault, 2004), obedecendo ao esquema descrito a seguir.

O pan-óptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre. Esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central e, em cada cela, trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo pan-óptico organiza unidades espaciais que se permitem ver sem parar e reconhecerem-se imediatamente (Foucault, 2004, p. 165-166).

Após toda a tentativa de José Carlos Dias em humanizar o cárcere, a partir de sua demissão, em junho de 1986, as prisões voltarão a ser gerenciadas por um conjunto de práticas e procedimentos transmitidos entre o formal e o informal, com vasta autonomia e sem nenhuma transparência, seja para a sociedade civil, seja para os órgãos do Estado (Góes, 2004).

Em 1997, o governo Mário Covas (1922-2001) usa a mídia para divulgar a construção simultânea de novas penitenciárias, a maioria situada no interior do Estado de São Paulo. Nessa mesma época, o governo federal de Fernando Henrique Cardoso anuncia a liberação de verbas para a construção de novas penitenciárias (Góes, 2004).

Com a crise econômica, fecham-se inúmeras empresas no interior e, com isso, 18 mil vagas nas unidades prisionais ganham dimensão específica. Por outro lado, há a questão dos funcionários, que agora estão inseridos nas penitenciárias e cadeias públicas brasileiras, e que sofrem com a chamada prisionalização, o contágio que a prisão exerce tanto nos presos quanto nos funcionários. Essa dupla dimensão faz com que se inaugure a tendência de ocultar dos cidadãos tudo o que ocorre no interior das prisões. Silêncio que acaba se tornando um dos indícios mais significativos dos processos na prisão. A lei do silêncio, rapidamente incorporada e respeitada por presos

e funcionários. As muralhas dos presídios, além de representar segurança, também representarão instrumento de poder, onde tudo se oculta (Góes, 2004).

De acordo com o autor, outro aspecto importante da lei do silêncio é:

[...] o monopólio e a supervalorização de um suposto saber prático sobre o cotidiano carcerário, de que nos fala Goffman, que pode ser identificado na frase frequente entre os agentes: “Você não está no raio, não sabe o que acontece, falar é fácil, mas, somente quando está no raio, sabe como é”. Autorrepresentando-se como um misto de vítimas e de heróis, utilizam esse argumento para justificar práticas dificilmente aceitáveis ou simplesmente para encobri-las.

Essa falta de transparência atenderá a diversos interesses, muitas vezes antagônicos, de agentes e presos.

Outro aspecto de relevância diz respeito às características comuns às novas penitenciárias: elas sugerem o não rompimento do padrão encontrado nas antigas prisões. Assim, emergem posturas competitivas dos agentes em relação aos presos (Góes, 2004).

A partir da década de 1990, profissionais especializados têm transformado em trabalho de pesquisa suas experiências no sistema penitenciário brasileiro. Desse modo, psicólogos, assistentes sociais e professores têm revelado a capacidade de manter o ponto de vista crítico. Superando as dificuldades mencionadas aqui, buscam uma prática profissional que ofereça um caminho relacionado ao rompimento da lei do silêncio que envolve a vida nas penitenciárias. Paralelamente ao caráter promissor desses profissionais, existirá a rotina burocratizada dos presos, como existe também a crítica produzida pela minoria deles a respeito da instituição, quanto ao seu próprio desempenho profissional (Góes, 2004).

De acordo com as estatísticas, em 2001, havia 229 330 pessoas presas no Brasil, sendo que, a cada mês, 1 000 novos detentos, em média, ingressavam no sistema prisional brasileiro. Esse fato teve como consequência a superlotação nos presídios. Destarte, todo esse contexto está relacionado à ausência de políticas direcionadas a criminalidade no Brasil (Sussekind, 2001).

No que diz respeito às políticas prisionais, o Ministério da Justiça elabora um novo plano nacional de política penitenciária, apresentado ao ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, por meio do MEMO/MJ/CNPCP/Nº 162/07, de 25 de setembro de 2007, que consiste na concepção e execução de ações relacionadas à prevenção da violência e da criminalidade, à administração

da justiça criminal junto à execução das normas, medidas de segurança e melhoramento do sistema prisional (Shecaira, 2007). Resta agora saber se essas políticas estão apenas impressas no papel ou se realmente vigoram dentro do atual sistema prisional.

Embora o sistema prisional possa ser considerado um dos responsáveis pelo fracasso da reinserção do indivíduo na sociedade, essa não seria a única forma de avaliar a proposta fundante de sua criação. Considera-se necessário analisar, também, a vivência do preso dentro da instituição e como ele interage com esse sistema, para que, assim, se possa aferir, por meio dessa análise, o grau do impacto sofrido por ele e como reage ao processo de confinamento na prisão.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de campo, pontual e de investigação qualitativa. Enquanto tal, parte do pressuposto de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o indivíduo, uma interdependência viva entre sujeito e objeto. A análise qualitativa procura estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmando ou não os pressupostos da pesquisa, ampliar o conhecimento sobre o assunto e encontrar uma categoria que abranja elementos ou aspectos que se relacionam entre si, estabelecendo classificações (Minayo, 2001).

É uma pesquisa explicativa, pois se preocupa em identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos, e também de levantamento, sendo que enfatiza dados relativos à percepção que os presos elaboram sobre os fenômenos ocorridos.

Para análise dos dados, será usada a análise de conteúdo, que é definida, segundo Bardin (2008), como um conjunto de técnicas que analisam as comunicações, a fim de obter, por meio de alguns procedimentos sistemáticos e objetivos, a descrição do conteúdo das mensagens indicadoras, sejam elas quantitativas ou não e seja, assim, possível inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens.

Sujeitos

Para uma amostra mais relevante, participaram desta pesquisa 30% dos presidiários. Um total de 30 presos, com uma média de 25 anos de idade, sendo 25 do gênero masculino e 5 do feminino. O critério adotado para a seleção dos participantes foi a aceitação dos presos em conceder a entrevista. Desse modo, os que não autorizaram não participaram. Foi entrevistado também um policial civil, encarregado de atividades diversas dentro da instituição, a fim de informar alguns dados sobre o local e sobre os presos.

Local

A instituição participante desta pesquisa foi a Cadeia Pública de Poços de Caldas-MG.

Instrumentos

Para fins desta pesquisa, foi utilizado um questionário semiestruturado direcionado aos presos. As entrevistas buscaram focar os seguintes tópicos: hierarquia, leis internas, linguagem, percepção institucional em relação às oportunidades que lhes são oferecidas na prisão, conceito de crime, papel da sociedade sobre os presos e a relação entre presos e policiais. Para o levantamento dos tópicos, foi elaborado um questionário em que se focalizou uma questão para cada item especificado. Foi pedido aos presos falarem o que eles entendiam/vivenciavam sobre cada tópico constante da entrevista.

Também foi usado um questionário estruturado, aplicado a um dos funcionários da instituição, para se obter o histórico falado da Cadeia Pública de Poços de Caldas-MG.

Para gravação das entrevistas, foi utilizado um aparelho MP3. Também foram usados como instrumentos de pesquisa os relatos escritos pelos presos e, finalmente, a técnica de observação naturalística por parte da pesquisadora, a fim de absorver, por si mesma, o andamento da instituição.

Procedimento de coleta

Foram realizadas sete visitas à cadeia pública. Na primeira, foram explicitados aos presos e ao funcionário presente os objetivos do estudo e, após verificar o interesse deles em participar, foi fornecido um termo de compromisso que, assinado, garantia a autorização das entrevistas. A coleta de dados só teve início após os participantes terem sido esclarecidos e terem assinado o termo de consentimento informado.

As visitas subsequentes foram para as entrevistas e coletas de dados.

Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética e foi aceito sob o registro CAAE 0192.0.213.000-05.

Procedimento de análise dos dados

Para análise de conteúdo das questões, foi usada, como base, a proposta de Bardin (2008), através da qual se faz um desmembramento do texto em unidades que constituem sua comunicação, sendo assim possível realizar seu

reagrupamento em categorias/classes, para categorização/classificação das respostas.

Para a construção das categorias de análises, foram consideradas a fala de cada indivíduo como também as que mais se mostravam representativas entre elas. Para isso, cada fala foi agrupada a cada tópico da entrevista.

Resultados e discussão

De acordo com Ciampa (1994), somos uma totalidade de combinações, e são essas combinações que formam nossa identidade. Dentro do contexto estudado, pode-se observar que o indivíduo, ao entrar pelas portas da prisão, tem uma identidade, e essa identidade está composta de uma perspectiva histórica de quem é fulano, como é seu relacionamento familiar, o convívio em sociedade, seu relacionamento com as drogas (se for o caso) e, ou, outros. Enfim, essa identidade vai se transformando conforme as experiências vividas por essa pessoa que, por um motivo qualquer, veio a cometer um ato ilícito e, por diversos fatores, foi surpreendida nele, tendo, assim, determinada a sua prisão.

Conforme Ciampa (1994), a identidade de um indivíduo se reflete na identidade do outro. Pode, portanto, ser observado que o indivíduo, ao entrar no processo de confinamento com proposta de reinserção, deparar-se-á com vários grupos de pessoas que têm uma única característica em comum com a dele: a “atitude criminoso”. Levando-se em conta que cada uma delas tem uma identidade e um processo social histórico diferente, como também experiência e periculosidades distintas, o fato de conviverem naquela instituição, interagindo uns com os outros, aprendendo e se defendendo dessas diferenças, certamente ocasiona uma modificação no comportamento e afeta a identidade de cada um desses indivíduos.

Situação atual da Cadeia Pública de Poços de Caldas

Pelos dados colhidos em uma entrevista estruturada, aplicada em abril de 2006 a um funcionário da instituição, encontravam-se, na Cadeia Pública de Poços de Caldas, cem presidiários acusados de diferentes modalidades criminosas, tanto em categoria como em grau (ver gráfico I).

Pelos dados, conseguidos em entrevista ao funcionário, constatou-se que esses indivíduos têm uma escala de escolarização na qual se classificam 80% de analfabetos, 19% que cursaram o ensino primário e apenas 1% com ensino médio concluído. Nenhum deles com ensino superior.

Para realizar as funções oficiais de cuidados e guarda, permanecem no local três funcionários durante o dia e quatro à noite.

Também se pode constatar, pela entrevista, que a grande maioria é vítima da pobreza e da falta de condições mínimas de sobrevivência (saúde, alimentação, educação). Constatou-se também que alguns vêm de uma melhor condição de vida, mas, no entanto, por outros motivos quaisquer, foram parar no mundo do crime. E entre todos esses indivíduos com um histórico que se pode considerar bom ou ruim de vida, há um total de 99% reincidentes.

Foi preocupante constatar que, em uma instituição com índice tão elevado de reincidência, não seja oferecida qualquer forma de educação e profissionalização, como também não são oferecidos instrumentos para que os presos possam se preparar e tornarem-se aptos a enfrentar uma vida nova em sociedade e manterem-se, assim, fora dos atrativos do crime. Ao contrário, no atual contexto, eles permanecem diariamente no ócio de suas celas, à mercê de seus próprios pensamentos.

Entre as várias informações colhidas, no decorrer da pesquisa, foram selecionadas para análise de conteúdo as que mais se destacaram no que diz respeito à interação do apenado da Cadeia Pública de Poços de Caldas como também, pelo conteúdo que se segue, quando se mostra mais recorrente a uma grande parcela da população pesquisada.

1 Sobre o significado da cadeia para os presos

De acordo com Assis e Oliva (2007), a funcionalidade da prisão é a aprendizagem por meio do confinamento. Sob esse aspecto, revelando o oposto da proposta oficial, os internos da cadeia pública, de uma forma generalizada, afirmam que a prisão, para eles, significa destruição e aperfeiçoamento do crime.

“Na cadeia, você entra e sai pior. A gente só muda se quiser. Neste lugar, tem que ter muita força de vontade, senão volta pior. Aqui a gente convive com muita gente, a falação deixa a gente perturbado e faz a gente cometer alguma coisa que não devia. Aqui não ressocializa ninguém” (informação verbal).

“Os caras não dão nada para nós. Não dão trabalho para nós, eu vou voltar para o crime. Vou sair daqui e voltar para o crime” (informação verbal).

“Aqui você entra uma pessoa boa e sai pior. Se já é pior, sai pior ainda. O tratamento aqui é de péssima qualidade” (informação verbal).

Diante do que foi dito, pode-se notar o quão negativo o sistema prisional se apresenta para esses indivíduos. E entre as inúmeras afirmações que denigrem o sistema prisional, apenas dois dos 30 presos entrevistados demonstraram uma fala que expressa vivência positiva em referência aos objetivos do sistema. São elas:

“Aqui a gente entra, para o cara voltar aqui é porque não tem vergonha na cara, dá para não voltar. Estudar e trabalhar é melhor que ficar preso” (informação verbal).

“Aqui eu melhorei 100%, na rua eu bebia e usava droga” (informação verbal).

Sob esse aspecto, o resultado apresentado coincide com que Foucault afirma em sua obra *Vigiar e punir*. Para o autor, a prisão é marcada por um processo de eficácia invertida. Não reduz a criminalidade. Ela, ao contrário, potencializa o crime (Foucault, 2004).

2 Sobre as leis internas

Sobre a vida comunitária entre os presos e o relacionamento que um detento tem com o outro, nota-se que, primeiramente, apesar das diferenças e atritos, estabelecem uma espécie de pacto, criam um traço de união entre eles: “[...] Também tem uns presos que é muito inteligente, eles faz ofício para quem não tem advogado. Aqui todos estão no mesmo barco, ce o barco afundar, afunda todo mundo...” (*sic*).

Há leis internas, entre as quais aquela que o bandido não pode ser “dedo-duro” e nem ficar em “dívida” com o companheiro. Quando, dentro de uma mesma cela, algum parente leva alimento para um preso, tem a obrigação de levar para os demais. Se um não tem roupa, o outro empresta: “Mano quase chorando chegou na porta do xis pediu, licença para os manos posso morar aqui entrou de cabeça baixa não diz uma palavra veis um tempo de canto depois chegou no vulando cha voi cerrando cigarro não conhecia as leis na cadeia nada e dicrassa ficou devendo neguinho cobra..” (*sic*).

No que diz respeito às normas impostas na prisão entre os presos, Foucault (2004) as caracteriza como “modelo estratégico”. Destarte, essas normas não deixam de ser uma guerra de luta pela sobrevivência. Os presos, portanto, necessitam de regras entre si para garantir um mínimo de harmonia na sua convivência.

3 Sobre a hierarquia

Dentro da instituição, existe uma hierarquia na qual os mais velhos e os mais perigosos têm maior influência sobre os demais, e a disputa pelo poder entre eles pode acabar, como muitas vezes, em morte: “[...] Eu sou o mais velho da cela, tudo que acontece aqui tem que ter meu consentimento. Se eu falar faiz eles faiz se eu não quiser eles não fazem...” (*sic*).

Para os presos, dentro da instituição, os bandidos considerados “sem moral e sem respeito” são os estupradores. Para designar essas pessoas, eles usam o termo “Brastemp”, porque é aquele que vai lavar, cozinhar... É o empregado da cela. Alguns dos presos fazem esses estupradores beberem água da privada, lamber o chão das celas, como também abusam sexualmente deles. Os agredidos não têm o direito de reclamar sobre o abuso sofrido: “[...] Nesse lugar estuprador passa mal nas mãos dos ladrões, esses tipos acabão virando Brastemp do barraco, eles lavam, fazem café, lavão nossas roupas e coecas, lavão o banheiro e bebem bastante água da privada se possível com urina...” (*sic*).

O modo com que os presos transformam a convivência entre eles é semelhante com o que Foucault (1999) descreve sobre os processos de objetivação que ocorrem nas redes de poderes. Entre os presos, existe classificação e divisão a respeito de quem tem mais e, ou, menos poder, os que são mais respeitados e temidos, e os que têm que obedecer.

4 Sobre a linguagem

Ao levar em conta que a função da linguagem é a compreensão e a comunicação entre as pessoas em suas interações particulares e vivenciais (Lane, 1994), detectamos que os detentos têm uma linguagem particular própria da cadeia. Eles usam termos conhecidos apenas entre eles, que facilitam a compreensão e o convívio, como, por exemplo, no caso de utilizarem o termo “Brastemp”, ao fazer do estuprador um empregado dentro da instituição: aquele que está a serviço de todos, para todas as ocasiões. Outros exemplos da particularidade da linguagem dos presos são palavras como “praia”, que significa chão; “boi”, que é banheiro; e “biqueira”, que significa cozinha.

5 Sobre o conceito de crime

Os presos consideram o crime como uma atividade compensadora. Eles realizam seus desejos por meio da criminalidade. Pensando sob esse aspecto, de que o crime é compensador para eles, um detento afirmou que, por

meio do tráfico de drogas, formou sua esposa na faculdade e sua filha está concluindo o curso superior em uma faculdade particular. Também afirma que, se ele não fizesse o que faz, não vivesse dos lucros com o crime, talvez não conseguisse obter esse sucesso para os seus. O fato, portanto, de ser ele um criminoso, com entradas e saídas frequentes da prisão, apresenta um resultado positivo para sua família, o que, aos seus olhos, torna perfeitamente justificável seu comportamento (informação verbal). Dos 30 entrevistados, todos se mostraram a favor da criminalidade:

“Não me arrependo de meus crimes, eu trabalho, ganho 500 reais por mês, no máximo. Roubando, 500 reais eu tiro em um dia” (informação verbal).

“O crime é mais vantajoso, o mais fácil. Para quem gosta de adrenalina, tem adrenalina. É só eu ir até a esquina que eu já consigo dinheiro” (informação verbal).

6 Sobre o papel da sociedade

Os presos, em entrevista, responsabilizaram a sociedade pelos rumos de suas vidas e pelas ações cometidas por eles. Sobretudo quando se pode constatar que existe um grande preconceito com pessoas negras, pobres e ex-presidiárias. O crime, para eles, como para muitos estudiosos, além de ser um produto da ação de um indivíduo anormal, também pode ser considerado uma patologia social. É um produto causado pelo mau funcionamento de partes da sociedade (Dornelles, 1998). Por não existirem oportunidades de educação, trabalho, condições básicas de sobrevivência, os indivíduos vão buscar, ao seu próprio modo, o que desejam.

“A sociedade é culpada por eu estar aqui. Da primeira vez que saí, até tentei virar gente. No meu serviço, estava ganhando 400 reais por mês. Para mim, tava bom. E comecei a ser discriminado lá dentro. Aí comecei a roubar, 400 conto eu saindo daqui, na esquina, eu ganho 400 reais. Agora, 400 reais, eu vou ter que ficar 30 dias trabalhando” (informação verbal).

Ao analisar o discurso dos presidiários, podemos relacioná-los ao que Goffman (1998) denomina pessoas estigmatizadas pela sociedade. Dentro desse contexto, a sociedade o inferioriza, o julga e o exclui como cidadão.

7 Sobre a relação presos x policiais

A convivência entre presos e policiais na prisão é bastante tumultuada. Eles veem os funcionários da instituição como sendo os inimigos que, a qualquer momento, farão a eles algum tipo de mal. Um deles é a agressão física. E

relatam, como exemplo, que, muitas vezes, os presos acabam provocando conflitos entre as duas partes, como fazem ao jogar água, de dentro de suas celas, nos policiais que se encontram fora ou passam pelos corredores (informação verbal). Na visão do presidiário, não existe respeito entre o preso e o policial, nem o contrário.

“Aqui não tem regra, é polícia de um lado e detento de outro. Já taquei água quente neles, as coisas. Eles chegam aqui e começam a rir da cara da gente, porque tô preso, tiram onda. Não acreditam que a gente pode estar na rua” (informação verbal).

“É polícia de um lado e preso de outro. Se jogar uma bomba aqui, eles estão nem aí. Polícia não gosta de preso, nem preso de polícia” (informação verbal).

Dentro das relações entre presos e policiais, podem-se observar as relações de poder discutidas por Foucault em *Vigiar e punir*. Sendo o poder exercido por todos, é algo que se exerce, efetua-se e que funciona em uma rede. É uma tática, uma manobra ou estratégia (Foucault, 2004). Dessa forma, também foi observada a resistência de poder nessas relações. De um lado, os policiais exercem a função de vigiar, punir, de guardar e disciplinar os presos; e, de outro, os presos resistindo a essas ações. É relevante afirmar, dentro desse contexto, que, como afirma Foucault (1999), essa relação encontrada nas prisões, entre presos e policiais, é uma luta, um enfrentamento e uma disputa permanentes. Uma relação de forças e estratégias, cujo único objetivo seria o de acumular vantagens e multiplicar benefícios. Por parte dos presos, como também dos policiais.

Conclusão

Como já lembrado, o indivíduo é tanto um agente de mudança na sociedade como um produto dessa mesma sociedade (Farr, 1995). Dentro desse contexto, ao analisar a interação do apenado na Cadeia Pública de Poços de Caldas, foi detectado, na pesquisa, que o preso, ao conviver dentro da prisão, interage de forma negativa a uma proposta de socialização. Foi observado que o sistema prisional colabora para destruí-lo como cidadão. E esse resultado é compatível com a análise de Foucault (2004), quando o autor afirma que o sistema penal não ressocializa o indivíduo, apenas pune. Destarte, como já foi referenciado por Breteгани, Barbosa & Reis (2007), aos olhos do preso, a prisão é apenas um intervalo em que ele se afasta da sociedade e que acaba servindo, pela convivência estabelecida com os demais presos e processos da instituição, como um aperfeiçoamento da

atitude criminosa.

Pela estrutura que apresenta, o sistema carcerário em si modifica, para pior, do ponto de vista social, o comportamento do indivíduo, e a sua forma de pensar os valores impostos por uma cultura que apresenta a sociedade de uma forma negativa para eles e para a população em geral. O preso, inserido no universo prisional, acaba sendo produto e modificador, no sentido em que, ao interagirem uns com os outros, eles modificam seus comportamentos.

O criminoso, na maioria das vezes, torna-se mais cruel, perigoso, frio e calculista na prática de suas ações, e muito desse aspecto pode ser relacionado com a forma e valores que eles absorvem no sistema. É como se eles vivessem numa grande selva, onde somente o mais forte sobreviverá. Que vença quem puder, não importando se a vítima for um inocente.

Para a melhoria desse quadro, considera-se, antes de tudo, a necessidade de introduzir políticas públicas ainda mais eficazes para prevenir a ação criminosa do indivíduo fora das prisões. No entanto, como estamos falando de indivíduos que já se encontram imersos dentro de um complexo prisional, é preciso trabalhar na causa que vise à recuperação do preso, que trabalhe contra a reincidência e também no sentido de fazer valerem as políticas públicas já existentes.

Não basta apenas pensar em punir os infratores, encarcerando-os em uma cela para que ali fiquem jogados à própria sorte, e, enquanto esperam por sua liberdade, especializem-se no crime. É fundamental pensar na qualidade de vida que eles possam usufruir ali dentro, porque, um dia, sairão e, no caso de não se encontrarem recuperados para as regras sociais, voltarão a cometer ações criminosas, desta vez com o agravante da influência sofrida em sua interação negativa com outros detentos, quando houve uma especialização acrescida à atitude anterior, para que, na próxima vez em que praticarem um ato criminoso, não cometam falhas. Lembrando sempre que, se e quando esses indivíduos voltarem para a prisão, o processo tornar-se-á, em suas vidas, um círculo vicioso.

Todo o funcionamento do sistema carcerário necessita ser alterado. Alteração que deverá englobar mudanças filosóficas, econômicas e políticas dentro do sistema.

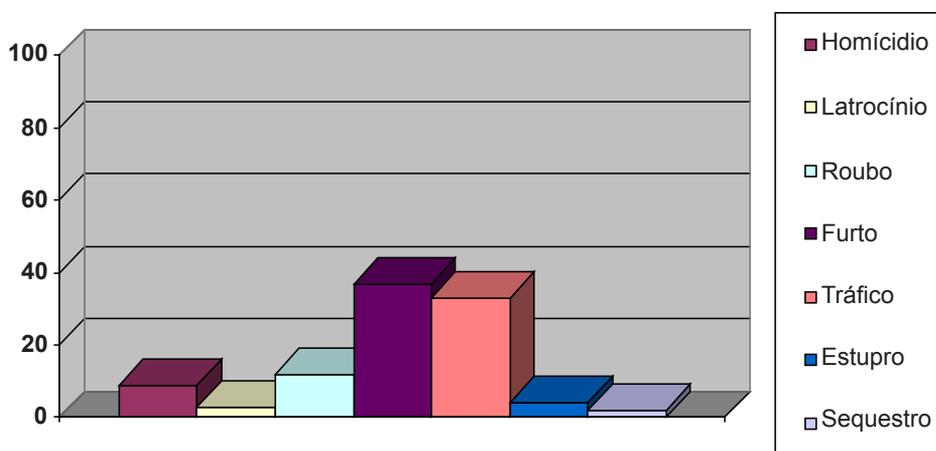
Não adianta apenas criticar. É sabido que falhas existem. E, enquanto se considerar difícil ou impossível uma alternativa a este que aí está, é preciso ao menos pensar em melhorá-lo. É necessário que se diminuam

as críticas e aumentem as ações em prol de sua reconstrução. Será mais eficiente para a sociedade investir na reinserção do preso por meio de ações eficazes do que na construção de novos presídios. Se esses garantissem a recuperação e a qualidade de vida do criminoso, dentro e fora da instituição, não se registrariam tão elevadas taxas de reincidência, não se verificariam as superlotações, hoje generalizadas, nos presídios já existentes (que não são poucos). Evitar-se-iam as rebeliões, com seu elevado custo material e humano, como ocorre frequentemente por todo o País e, assim, as prisões apresentariam outro perfil em nossa sociedade.

Para concluir, deseja-se, pela divulgação dos resultados que se encontraram a respeito da interação do apenado na Cadeia Pública de Poços de Caldas, que seus aspectos negativos sirvam como reflexão para não se persistir no descaminho quanto à má organização do sistema. É muito importante não cair no imobilismo. Pelo contrário, espera-se que esta pesquisa, em que pese seu alcance restrito e localizado, seja um marco para que se iniciem novas práticas e comportamentos sociais e políticos, engajados na proposta de implantação de projetos de prevenção, que visem à melhora progressiva desse quadro.

Afinal, pesquisas acadêmicas como estas são valiosas justamente porque, por meio delas, são disponibilizadas ao Estado e à sociedade em geral informações colhidas no cotidiano das práticas sociais, como importante subsídio à realização de novas políticas e atitudes de intervenção.

Gráfico 1: Distribuição dos condenados na Cadeia Pública de Poços de Caldas, de acordo com o crime cometido, Poços de Caldas, 2006. Fonte: entrevista aplicada pela pesquisadora em abril de 2006.



Referências

- Assis, R. D.; Oliva, M. Z. de (2007). Objetivo das prisões, ressocialização ou punição? Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3630>.
- Brentegani, F.; Barbosa, F. & Reis, S. A. (2007). Representações sociais dos detentos acerca do sistema carcerário: um dilema a ser discutido. *V Jornada Internacional e III Conferência Brasileira Sobre Representações Sociais*. [on-line], Brasília, DF. Disponível em: <www.gosites.com.br/vjirs/>.
- Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Ciampa, C. A. (1994). Identidade. In: S. Lane. *Psicologia social: o homem em movimento*. (pp.58-74). São Paulo: Brasiliense.
- Dornelles, J. R. W. (1998). *O que é crime*. São Paulo: Brasiliense. (Coleção primeiros passos).
- Farr, M. R. (1995). Representações sociais: a teoria e sua historia. In: P. Guareschi, & S. Jovchelovich (Org.). *Textos em representações sociais*. (pp. 31-55). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (2004). *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (1999). *Microfísica do poder*. (14. ed.). Rio de Janeiro:Graal.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35 (3), 20-29.
- Góes, E. D. (2004). Transição política e cotidiano penitenciário. *História*. São Paulo, 23, 219-238.
- Goffman, E. (1998). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. (4. ed.). Rio de Janeiro: LTC.
- Guerriero, S. (2008). *Antropos e psique: o outro e sua subjetividade*. São Paulo: Olho d'Água.
- Lane, S. (1994). A Psicologia social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: S. Lane. *Psicologia social: o homem em movimento*. (pp.10-19). São Paulo: Brasiliense.

Minayo, M. C. S. *et alii*. (2001). *Pesquisa social: teoria método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Pedroso, R. C. (2003). *Os signos da opressão: história e violência nas prisões brasileiras*. São Paulo: Imprensa Oficial. (Coleção teses e monografias, 5).

Pires, C. (1986). *A violência no Brasil*. (2. ed.). São Paulo: Moderna. (Coleção Polêmica).

Shecaira, S. S. (2007). Novo plano nacional de política penitenciária. *Ministério da Justiça: conselho nacional de política criminal e penitenciária*, Brasília.

Sussekind, E. (2001). Aspectos da política prisional no Brasil. *CEJ*, Brasília, 15, 12-29.